

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.823 - RS (2018/0305543-7)**

AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
AGRAVADO : ROSEMAR DA ROCHA PEROSSO  
ADVOGADO : ILSA MARIA LINK - SC005290

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO À LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. REVISÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. MATÉRIA NÃO APRECIADA NO ACÓRDÃO RESCINDENDO.

1. A ação rescisória configura ação autônoma, de natureza constitutivo- negativa, que visa desconstituir decisão com trânsito em julgado, com hipóteses de cabimento *numerus clausus*, não admitindo interpretação analógica ou extensiva.

2. O art. 485, V, do CPC-73 (art. 966, V, do NCPC), que autoriza a rescisão de julgado por ofensa à literal disposição de lei, somente é aplicável quando a interpretação dada seja flagrantemente destoante da exata e rigorosa expressão do dispositivo legal. Nesse sentido, pressupõe expressa manifestação sobre o tema no julgado que se pretende rescindir.

3. Hipótese em que o acórdão não se manifestou sobre a decadência, matéria que é o fundamento do pedido de rescisão do julgado. Desse modo, resta descaracterizada a violação à literal disposição de lei.

4. Ação rescisória julgada improcedente.

Nas razões do recurso especial, a autarquia aponta violação dos arts. 103 da Lei n. 8.213/1991; 6º da LINDB; 210 do CC/2002; 966, V, do CPC/2015; e, 5º, XXXVI, da CF/1988.

Sustenta, em síntese, que o Tribunal *a quo* violou os mencionados dispositivos ao exigir o prequestionamento em ação rescisória, o que contraria a jurisprudência do STJ.

Alega que a Corte de origem revisou o benefício do segurado, porém não se atentou para o fato de estar ultrapassado o prazo decadencial para a revisão, sendo assim, a decadência, que deveria ter sido declarada de ofício, não o foi. E, tendo sido violado o dispositivo que trata da decadência, fica aberta a revisão do tema em ação rescisória, independente de prequestionamento.

Pugna ao fim, a reforma do acórdão recorrido e a concessão da tutela de urgência para suspender a execução do julgado.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O recurso especial foi inadmitido com base na Súmula n. 83/STJ.

No presente agravo, a autarquia apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

De início, tenho que incide ao recurso especial a Súmula n. 284/STF por deficiência na fundamentação. Isto porque, sendo a questão unicamente de direito, o provimento do recurso especial, *in casu*, levaria à substituição integral do aresto provido no TRF da 4ª Região pelo aresto provido nesta Corte.

Sendo assim, não basta ao recorrente alegar que o acórdão recorrido está assentado em premissa equivocada, qual seja, a necessidade de prequestionamento para a ação rescisória, sem, por outro lado, demonstrar cabalmente a violação frontal de norma que trata da decadência, que é a questão de fundo da rescisória.

Ora o recurso especial apresentado tão somente bateu-se por alegar que a ação rescisória não necessita de prequestionamento e que a decadência deveria ser decretada *in casu*. Mas quais os argumentos para o reconhecimento da decadência? Tais argumentos não estão no recurso especial, e não sofreram o crivo do contraditório nesta seara.

Assim, ainda que se reconheça que, na ação rescisória, não é necessário o prequestionamento, quanto à questão de fundo, qual seja, a decadência, não houve demonstração da literal violação a dispositivo de lei, o que, como dito, atrai à hipótese a Súmula n. 284/STF.

Ainda que assim não fosse, a desnecessidade de prequestionamento em ação rescisória não permite que tal instituto seja usado como sucedâneo recursal, como é o caso da ação que traz pura e simplesmente inovação argumentativa, que em hora alguma foi objeto da decisão rescindenda.

E esse é exatamente o caso dos autos, porquanto, no aresto recorrido, o que se alega é que o tema em debate em momento algum foi objeto da ação rescindenda, motivo pelo qual não poderia haver violação literal da lei.

Assim, o aresto recorrido não destoa da jurisprudência desta Corte.

Nesse sentido, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. SERVIDOR

PÚBLICO. VIOLAÇÃO LITERAL DE DISPOSITIVO LEGAL (ART. 485, V, CPC/1973). AÇÃO RESCISÓRIA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO RESCISÓRIA NÃO PROVIDA.

1. Pela disposição normativa prevista tanto no art. 485, V, do CPC/1973 quanto no art. 966, V, do CPC/2015, observa-se que a concretização do vício rescisório está na manifesta divergência entre o julgado e o legislado. Ou seja, a não observação de preceito legal deve ser clara e inequívoca.

2. No caso dos autos, os dispositivos indicados como expressamente violados são: I) arts. 3º, VI, e 267, ambos do CPC/1973 e art. 1º do Dec.-Lei n. 1.110/1970, porque a ilegitimidade da União não foi declarada; II) do art. 1º do Dec.-Lei n. 20.910/1932 e dos arts.

219, § 5º, e 618, ambos do CPC/1973, porquanto não houve a extinção da execução, apesar da ocorrência da prescrição da pretensão executória.

3. Não se vincula a existência de vício rescisório a uma prévia indicação precisa do dispositivo na fundamentação do julgado rescindendo. Contudo, a inexistência de prequestionamento como requisito de ação rescisória não significa que essa possa ser utilizada como sucedâneo recursal, em face de seu caráter excepcional consequente da proteção à coisa julgada e à segurança jurídica. Assim, a deliberação contrária a disposição legal deve se apresentar no julgado rescindendo, mesmo quando não apresentada expressamente, de forma relevante.

4. A decisão rescindenda limitou-se a examinar questão relacionada ao excesso de execução. Tanto que deu provimento aos embargos à execução para abater R\$ 15.568,69 do requerido inicialmente na execução do título firmado em mandado de segurança. Não houve análise de teses relacionadas à ilegitimidade ou à prescrição, até mesmo porque essas questões sequer foram elencadas na petição de embargos à execução. Portanto, verifica-se que esta ação rescisória foi manejada com o fim de substituir recurso e de discutir questões novas, que poderiam ter sido analisadas antes do trânsito do julgado rescindendo.

5. Ação rescisória não provida.

(AR 5.581/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2018, DJe 12/12/2018.)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. INÉPCIA DA INICIAL. INEXISTÊNCIA. PRESCRIÇÃO. INTERRUÇÃO DO PRAZO E NULIDADE DA CITAÇÃO. INOVAÇÃO ARGUMENTATIVA E FEIÇÃO RECURSAL. CONSTATAÇÃO. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI E ERRO DE FATO. INOCORRÊNCIA.

1. A ausência de requerimento, na inicial da ação rescisória, para intimação do Ministério Público atuar no feito não torna inepta a exordial, dada a ausência de prejuízo à parte demandada. Preliminar rejeitada.

2. Embora não se exija o atendimento ao requisito do prequestionamento em sede de ação rescisória, porquanto se trata de ação originária, é inviável o pedido de rescisão, com base no art. 485, V, do CPC/1973, "quando a questão aduzida na ação rescisória não foi tratada em nenhum momento em tal processo" (AgRg na AR 4.741/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/10/2013, DJe 06/11/2013).

3. A jurisprudência do STJ veda a propositura de ação rescisória mediante inovação argumentativa que não foi feita in oportune tempore, pois

não se cuida de via recursal com prazo de dois anos (AgRg no AREsp 414.975/MS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 24/02/2017).

4. Hipótese em que se discute a validade da citação operada em feito executivo lastreado em título extrajudicial (nota promissória) julgado extinto por várias irregularidades, entre elas a nulidade do mandado de citação "por não se coadunar com as regras do procedimento das execuções".

5. Na ação de cobrança posteriormente intentada, a prescrição foi reconhecida, porquanto consignado que, se a citação foi nula no feito executivo, dela não adveio efeito algum, inclusive o de interromper o fluxo do prazo prescricional, como assinala o art. 7º do Decreto n. 20.910/1932.

6. O aresto rescindendo, emanado da Segunda Turma desta Corte, por sua vez, anotou que "a citação nula não tem o condão de interromper a prescrição".

7. O pedido rescisório funda-se em violação do disposto nos arts. 617 do CPC/1973 e 202, I, do CC, e em erro de fato proveniente da falta de apreciação, pelo sentenciante, de tema alusivo à demora do Judiciário em julgar o processo de execução (que tramitou de maio de 1989 a 1994), sob o argumento de que o autor não incorreu em inércia para a consumação do prazo prescricional e de que "a falta ou a suposta nulidade da forma como foi efetuada a citação" não lhe pode prejudicar, pois para aquele vício ele (autor) não concorreu. 8. Inviável analisar a alegação de violação dos artigos mencionados, como também o tema relativo à participação do aparelho judiciário na decretação da prescrição, porquanto não apreciados no julgado que se busca rescindir.

9. A eventual superação de tais óbices não permite vislumbrar a existência de flagrante ilegalidade a justificar a rescisão do julgado em comento, porquanto o demandante deixou de se insurgir, pela via recursal devida, contra a extinção da ação executiva inicialmente proposta, notadamente contra a nulidade citatória ali pronunciada.

10. O ajuizamento de demanda rescisória com a pretensão de rediscutir o mérito da causa (no caso, de que o prazo prescricional transcorreu sem hipótese válida de interrupção) constitui desiderato estranho a tal via processual, que não pode se transmutar em sucedâneo recursal,

tampouco autoriza a desconstituição da coisa julgada.

11. Pedido improcedente.

(AR 5.388, Primeira Seção, Rel. MINISTRO GURGEL DE FARIA, Julgado em 14/11/2018, DJe. DJe: 25/3/2019.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Com fundamento no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro a condenação da verba honorária para R\$ 1.000 (mil reais), sopesado, para a definição do *quantum* ora aplicado, o trabalho adicional realizado pelos advogados.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

